



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO
Av. Gov. Agamenon Magalhães, 1.160 - Bairro Graças - CEP 52010904 - Recife - PE
SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E CAPACITAÇÃO - SEDOC

REQUERIMENTO DE CONTRATAÇÃO/ESTUDOS PRELIMINARES – OBRAS E SERVIÇOS DIVERSOS

REF. PROC. SEI Nº 0013666-78.2022.6.17.8000

1. Resumo do Objeto

Contratação da empresa **Consultre - Consultoria e Treinamento Ltda.**, mediante inexigibilidade de licitação, para viabilizar a participação de 05 (cinco) servidores deste TRE/PE no curso *Gestão da Comunicação Digital e Mídias Sociais na Administração Pública*, na modalidade on-line, ao vivo, nos dias 1º, 03, 05, 08, 10 e 12 de agosto de 2022.

Esta contratação está contemplada no Plano Anual de Capacitação 2022.

2. Unidade Demandante

Unidade demandante: SEDOC

Unidades a serem capacitadas: ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL - EJE e ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - ASCOM

3. Justificativa da Contratação

Pertinência das atividades desenvolvidas pelas unidades com o conteúdo programático do curso

- Promover conteúdo nas temáticas do direito eleitoral, da cidadania e da memória para a sociedade pernambucana compreende o rol de ações da EJE para atingimento do objetivo estratégico institucional OBE01 – promoção da cidadania. Em virtude das medidas de prevenção sanitária à Covid19, desde 2020, a EJE precisa desenvolver/adaptar/ofertar conteúdo à distância para beneficiar o público externo virtualmente, ressalta-se que trata de um indicador estratégico (com mensuração quanto mais, melhor). Conseqüentemente, há a necessidade de capacitar/atualizar as servidoras/os servidores da EJE em gestão de mídias sociais (ex: instagram, facebook, podcast).

- A equipe da Assessoria de Comunicação necessita de capacitação com vistas a:

- definir as estratégias de comunicação do Tribunal nos planos externo e interno;
- assessorar as unidades do Tribunal em assuntos relativos à comunicação social;
- planejar, elaborar e implementar o plano de comunicações estratégica.

Resultados esperados com a contratação

- A realização do treinamento possibilitará aos servidores da EJE a obtenção/ampliação de conhecimentos específicos que permitirão o aperfeiçoamento das atividades, afetas à promoção da cidadania, disponibilizadas por meio das mídias sociais.
- Conhecimento e confiabilidade no manejo de ferramentas de mídias sociais à divulgação de conteúdo virtual da EJE.
- Os servidores da ASCOM irão aprender a elaborar plano de comunicação e marketing do Tribunal, para anos eleitorais e não-eleitorais, para que o posicionamento, a marca e os valores da Instituição sejam comunicados para o público (interno e externo) da melhor forma possível. Além de alinhar os valores da Instituição perante as unidades, é necessário colocá-los em prática para depois divulgar por meio de técnicas de comunicação e marketing.
- Os servidores da ASCOM deverão estar aptos a elaborar briefing e campanhas de comunicação institucional, para mídia física e digital.

4. Previsão no Plano de Contratações Institucionais

Esta contratação está contemplada no Plano Anual de Capacitação 2022.

5. Vinculação com Planejamento Estratégico

Não se aplica.

6. Sugestão de Modalidade da Contratação:

Marque com um "X" a alternativa que mais se aplica à contratação do objeto:

Marcar com um "X" a alternativa que mais se aplica à contratação do objeto:

1.	Adesão à ata de outro órgão federal	
2.	Contratação direta - Dispensa	
3.	Contratação direta - Inexigibilidade	X
4.	Pregão eletrônico	
5.	Pregão eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços	
6.	Pregão Presencial	
7.	Termo de Cooperação, Convênio ou documentos afins	
8.	Outros (indicar a modalidade)	

Obs.: De acordo com os requisitos e elementos que compõem a demanda, da urgência da contratação, bem como a natureza do objeto, sugerir a forma de contratação a ser empregada. A regra é, preferencialmente, Pregão Eletrônico. A forma presencial deve ser fortemente fundamentada.

6.1 Caso haja sugestão para adesão a uma ata de registro de preço específica, preencher os campos abaixo:

Órgão	N.º Pregão	N.º Ata	Item	Valor Unitário	Vigência da ARP

6.2 Formalização da Contratação

Sugere-se a substituição do instrumento contratual por nota de empenho. Após a realização da capacitação, esgota-se a vigência da contratação.

7. Descrição dos Serviços (preencher apenas no caso da unidade demandante ser distinta da contratante)

Capacitação de 05 (cinco) servidores do TRE-PE no curso *Gestão da Comunicação Digital e Mídias Sociais na Administração Pública*, com o objetivo de apresentar os principais conceitos e a mecânica das mídias sociais, bem como o panorama digital com foco nas boas práticas para consolidação de uma comunicação eficaz.

8. CATSER

Não se aplica.

9. Prazo da Prestação do Serviço

O prazo da execução dos serviços é de 24 horas/aula, nos dias 1º, 03, 05, 08, 10 e 12 de agosto de 2022.

10. Período de Vigência do Contrato

Conforme discriminado no termos do tópico 9.

11. Local da Prestação do Serviço

O curso será ministrado na modalidade on-line, ao vivo.

12. Adjudicação do Objeto

Não se aplica.

13. Critérios de Sustentabilidade

Seguem abaixo os Critérios de Sustentabilidade que subsidiarão as contratações do Plano Anual de Capacitação 2022 do TRE/PE, conforme Informação 2925 (1741763) e Termo de Retificação (1745121), da Assistência de Gestão Socioambiental.

- Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016.
- Não ter sido condenada, a licitante vencedora ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nºs 29 e 105.
- Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego e normas ambientais vigentes.
- Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários à execução de serviços e fiscalizar seu uso em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora n.º 6 do MTE.
- No que concerne aos direitos da pessoa com deficiência, a licitante vencedora deverá atender ao que estabelece as Leis nº 8.213/1991 e nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão), devendo apresentar documentos comprobatórios do atendimento ao requisito de cumprimento da reserva de cota destinada a pessoas com deficiência.
- Em caso de Pessoa Jurídica com funcionários, declarar que realiza e mantém o quadro funcional devidamente orientados quanto às práticas de prevenção ao contágio da COVID-19, aplicáveis à rotina desse serviço.
- Em caso de capacitação presencial, o(a) contratado(a) deverá incluir na Declaração Sustentabilidade que atende às práticas de segurança sanitária vigentes com vistas à prevenção do contágio pelo novo Coronavírus e que se compromete a adotar todas as cautelas necessárias a evitar essa disseminação.
- É obrigação da contratada a manutenção dessas condições, o que poderá ser verificado constantemente durante toda a vigência do contrato, sob pena de rescisão contratual.
- Apresentar declaração afirmando que atende aos Critérios de Sustentabilidade previstos no presente capítulo.

14. Análise de Riscos

Realizar análise relativa à contratação, que inclui ações para mitigar especialmente os riscos relevantes, em especial aqueles decorrentes do insucesso da contratação. Devem ser consideradas as lições aprendidas em outras contratações para evitar que problemas já ocorridos aconteçam novamente.

Mapa de Riscos e Controles Internos da Contratação

1 - Ordem	2 - Risco	3 - Causa	4 - Consequência	5 - Análise Quantitativa do Risco			6 - Controle Interno		
				5.1 - Probabilidade	5.2 - Impacto	5.3 - Criticidade	6.1 - Ação ou Prática de Controle	6.2 - Prazo	6.3 - Responsável
1	Refazimento da Inexibibilidade	Invalidez dos documentos de habilitação jurídica da PF ou PJ contratada:	Atraso no processo de contratação	Baixa	Médio	Média			

		certidões, atestados, declarações.							
2	Atraso na Capacitação	Atrasos no início do evento por parte da PF ou PJ contratada; por ordem do próprio Tribunal ou desistência/mudança do instrutor/palestrante e possibilidade de substituição, entre outros.	Atraso no processo de contratação	Baixa	Médio	Média			
3	Perda da Disponibilidade Orçamentária	Por razões de ordem financeiras atestadas pela SOF ou seção competente deste Tribunal	Atraso ou até cancelamento da contratação	Baixa	Médio	Alta			

As orientações para elaboração do Mapa de Riscos e Controles Internos constam do Anexo da Resolução n.º 337/2018-TRE/PE.

15. Apoio ao Procedimento de Contratação

Nome: Fernanda de Azevedo Batista
 Matrícula: 309.16.824
 Telefone: (81) 3194-9655
 E-mail: fernanda.azevedo@tre-pe.jus.br

Nome: João Paulo Nepomuceno Negromonte
 Matrícula: 309.16.979
 Telefone: (81) 3194-9536
 E-mail: joao.negromonte@tre-pe.jus.br

16. Gestores da(s) Ata(s) de Registro de Preços / Contrato / Nota de Empenho / Ordem de Serviço

Gestor Titular: Fernanda de Azevedo Batista
 CPF: 036.057.724-55

Gestor Substituto: João Paulo Nepomuceno Negromonte
 CPF: 666.376.864-68

17. Informações Complementares (se houver)

Não há informações complementares.

18. Anexos

Não se aplica.

Recife, 30 de maio de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA DE AZEVEDO BATISTA, Técnico(a) Judiciário(a)**, em 02/06/2022, às 12:40, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOÃO PAULO NEPOMUCENO NEGROMONTE**, Chefe de Seção, em 02/06/2022, às 12:42, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-pe.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1865681** e o código CRC **D91A63AC**.

0013666-78.2022.6.17.8000

1865681v7



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO
Av. Gov. Agamenon Magalhães, 1.160 - Bairro Graças - CEP 52010904 - Recife - PE
SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E CAPACITAÇÃO - SEDOC

TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO – SERVIÇOS DIVERSOS REF. PROC. SEI Nº 0013666-78.2022.6.17.8000

1. Objeto Contratado

Contratação da empresa **Consultre - Consultoria e Treinamento Ltda.**, mediante inexigibilidade de licitação, para viabilizar a participação de 05 (cinco) servidores deste TRE/PE no curso *Gestão da Comunicação Digital e Mídias Sociais na Administração Pública*, na modalidade on-line, ao vivo, nos dias 1º, 03, 05, 08, 10 e 12 de agosto de 2022.

Esta contratação está contemplada no Plano Anual de Capacitação 2022.

2. Modalidade de Contratação Adotada

Recomenda-se a inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, II, da Lei n.º 8.666/93.

DADOS DA EMPRESA

- Nome: **CONSULTRE - CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA.**
- CNPJ: 36.003.671/0001-53
- Endereço: Av. Champagnat, 645, 3º andar, Ed. Palmares, Centro - Vila Velha/ES
- Dados Bancários: Banco do Brasil - Agência: 1240-8 - C/C: 105.895-9

3. Parcelamento do Objeto

Não se aplica

4. Critério de Julgamento, Adjudicação e Homologação

Recomenda-se a inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, II, da Lei n.º 8.666/93 c/c § 1º.

Fundamento. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: Art. 25, 8.666/93. Na visão do TCU, o procedimento deve ser motivado:

Jurisprudência do TCU.

Adote procedimentos de inexigibilidade de licitação somente quando houver inviabilidade de licitação, **motivando adequadamente os atos**. (grifo nosso)

Ac. 195/2008 – 1ª Câmara.

Fonte: Ações de Capacitação: Contratações pela Administração Pública Recife, 9/5/2018. Sandro Bernardes. Auditor do TCU.

Na linha de raciocínio da previsão legal em destaque, o Tribunal de Contas da União posicionou-se a respeito dos três requisitos simultâneos para a contratação de serviços técnicos (inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/1993). Está exteriorizado através da **Súmula n.º 252 do TCU**. Vejamos:

“A inviabilidade de competição para a contratação de serviços técnicos, que alude o inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, decorre da presença simultânea de três requisitos: **serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 13 da referida lei, natureza singular do serviço e notória especialização do contratado.**” (DOU de 13/04/2010) (grifo nosso)

A súmula em epígrafe confirma o *tripé basilar* relacionado com a contratação de pessoas jurídicas/físicas com notória especialização e que prestam serviço singular. Tais características excepcionam a regra geral da necessidade de licitar. Em tese, a qualificação do contratado inibe a possibilidade de competição. Dos três requisitos simultâneos mencionados pelo TCU, dois deles têm relação com o objeto da contratação: a) **o serviço deve ser técnico**; b) **a natureza do serviço deve ser singular**. Já o terceiro é está relacionado com a pessoa a ser contratada: **o contratado deve ser qualificado como notório especialista (cunho subjetivo)**.

No que pertine ao segundo aspecto do objeto da contratação(natureza singular) é imperioso mencionar que se trata de um serviço cuja execução requer o emprego de atributos subjetivos como elementos essenciais para sua execução satisfatória, a exemplo da arte e racionalidade humanas. Não se trata, pois, de tarefas que possam ser executadas mecanicamente ou segundo protocolos, métodos e técnicas preestabelecidas e conhecidas.

Singularidade, na verdade, é do serviço! E possui três características fundamentais: deve ser **anômala, diferente e específica**. Não significa que seja único! O próprio TCU se manifestou a respeito da singularidade “anômala” ou “diferenciada”:

Licitação – Contratação Direta Jurisprudência – TCU

– Acórdão 2684/2008 – Plenário:

(Voto do Ministro Relator): Segundo o Prof. Marçal: ‘A natureza singular se caracteriza como uma situação **anômala, incommum**, impossível de ser enfrentada satisfatoriamente por todo e qualquer profissional ‘especializado’. (grifo nosso)

– Acórdão 1074/2013 – Plenário:

O conceito de singularidade de que trata o art. 25, inciso II, da Lei 8.666/1993 **não está vinculado à ideia de unicidade, mas de complexidade e especificidade**. Dessa forma, a natureza singular não deve ser compreendida como ausência de pluralidade de sujeitos em condições de executar o objeto, mas sim como uma situação **diferenciada** e sofisticada a exigir acentuado nível de segurança e cuidado. (grifo nosso)

De outra banda, **Celso Antônio Bandeira de Mello**, em sua renomada obra “*Curso de Direito Administrativo*”, 20ª edição, página 508, define brilhantemente as características do **serviço singular**:

“Neste quadro cabem os mais variados serviços: uma monografia escrita por experiente jurista; uma intervenção cirúrgica realizada por qualificado cirurgião; uma pesquisa sociológica empreendida por uma equipe de planejamento urbano; um ciclo de conferências efetuado por professores; uma exibição de orquestra sinfônica; uma perícia técnica sobre o estado de coisas ou das causas que o geraram. Todos estes serviços se singularizam por um estilo ou uma orientação pessoal. **Note-se que a singularidade mencionada não significa que outros não possam realizar o mesmo serviço. Isto é, são singulares, embora não sejam necessariamente únicos.**” (grifo nosso)

Sobre o fato de **singularidade não representar serviço único**, vale a pena extrair trecho da **Apostila do Auditor do TCU, Sandro Bernardes**. Curso realizado na Escola Judicial do TRT da 6ª Região, no dia 09/05/2018, em Recife-PE. Na página 93, está assim disposto:

Adentrando no exame da singularidade do objeto, **ênfatiso que tal conceito não pode ser confundido com unicidade, exclusividade, ineditismo ou mesmo raridade. Se fosse único ou inédito, seria caso de inexigibilidade por inviabilidade de competição**, fulcrada no caput do art. 25, e não pela natureza singular do serviço. O fato de o objeto poder ser executado por outros profissionais ou empresas não impede que exista a contratação amparada no art. 25, inciso II, da Lei 8.666/1993. (grifo nosso)

Fonte: Ações de Capacitação: Contratações pela Administração Pública Recife, 9/5/2018. Sandro Bernardes. Auditor do TCU.

Na esteira do raciocínio em tela, admite-se certa **margem de subjetividade na escolha do contratado**, desde que escolhido profissional ou empresa de notória especialização. Não significa que o serviço seja o único disponível no mercado. O que entra em causa é a *singularidade relevante*, como afirma o ilustre Professor Titular de Direito Administrativo da PUC-SP. Em apertada síntese, ele sintetiza, explicando:

“Cumpra que os fatores singularizadores de um dado serviço apresentem realce para a satisfação da necessidade administrativa. Em suma: as diferenças advindas da singularidade de cada qual repercutam de maneira a autorizar a presunção de que o **serviço de um é o mais indicado do que o do outro.**” (grifo nosso)

Necessário se faz colacionar neste TR trechos dignos de destaque na **Decisão 439/98 – Plenário TCU**. Trata-se de um dos mais importantes julgados do referido órgão de contas acerca do tema: **possibilidade do enquadramento na hipótese da inexigibilidade de licitação para a contratação de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal**. O que se depreende do brilhante *decisum* é que o procedimento de inexigibilidade de licitação é o mais recomendado para todo treinamento/capacitação (sem qualquer restrição), não devendo ser deflagrado procedimento licitatório. A justificativa deve-se ao fato de que **os profissionais ou empresas são**

incomparáveis, singulares, o que torna inviável a competição. Senão vejamos:

– Processo nº TC 000.830/98-4 Interessado: **Tribunal de Contas da União**
Órgão: Secretaria Geral de Controle Externo - SEGECEX Relator: MINISTRO ADHEMAR PALADINI GHISI. Representante do Ministério Público: não atuou Unidade Técnica: Secretaria de Auditoria - SAUDI
Especificação do "quorum": Ministros presentes: Homero dos Santos (Presidente), Adhemar Paladini Ghisi (Relator), Carlos Átila Álvares da Silva, Bento José Bugarin e os Ministros-Substitutos José Antonio Barreto de Macedo e Lincoln Magalhães da Rocha. **Assunto: Administrativo**
Ementa: Estudos desenvolvidos sobre a possibilidade do enquadramento na hipótese da inexigibilidade de licitação para a contratação de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, bem como inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros. Hipótese aceita. Arquivamento. - Licitação. Inexigibilidade. Natureza singular. Considerações. - Licitação. Notória especialização. Considerações. Data DOU: 23/07/1998 (grifo nosso)

...

19. Há quem defenda que a inexigibilidade de licitação seja aplicável a toda contratação de treinamento de servidores, sem qualquer restrição. É o caso do notável Antônio Carlos Cintra do Amaral, que assevera: 'A Administração não pode realizar licitação para treinamento, porque os profissionais ou empresas são incomparáveis. Não há, portanto, viabilidade de competição. A adoção do tipo de licitação de 'menor preço' conduz, na maioria dos casos, à obtenção de qualidade inadequada. A de 'melhor técnica' e a de 'técnica e preço são inviáveis, porque não se pode cogitar, no caso, de apresentação de proposta técnica. A proposta técnica seria, a rigor, o programa e a metodologia, de pouca ou nenhuma diferenciação. **O êxito do treinamento depende, basicamente, dos instrutores ou docentes. Que são incomparáveis, singulares, o que torna inviável a competição.**' ("in" Ato Administrativo, Licitações e Contratos Administrativos, Malheiros, 1ª ed., 1995, pág. 111). (grifo nosso)

...

Nessa senda, uma vez feita a análise/escolha de um *serviço pelo critério de que é mais indicado do que de outro*, a Administração seleciona o chamado **o executor de confiança**. O TCU, através da **Súmula nº 39**, preconiza que:

“A inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos com pessoas físicas ou jurídicas de notória especialização somente é cabível quando se tratar de serviço de natureza singular, capaz de exigir, **na seleção do executor de confiança, grau de subjetividade insuscetível de ser medido pelos critérios objetivos de qualificação inerentes ao processo de licitação**, nos termos do art. 25, inciso II, da Lei 8.666/1993.”
Sessão de 01/06/2011 – Acórdão AC – 1437-21/11- Plenário.(grifo nosso)

A seleção de um *executor de confiança* implica em significativa redução do risco de insucesso na contratação. Ademais, é necessário que a prestação de serviço seja *diferenciada e sofisticada* a exigir acentuado nível de segurança e cuidado. Importante mencionar a definição legal, **na forma da Lei 8.666/93 (§ 1º, II, do Artigo 25) de notória especialização, ipsis litteris:**

“Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, **permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado** à plena satisfação do objeto do contrato”. (grifo nosso)

Em reforço jurisprudencial à previsão legal em destaque (**conceito de notória especialização**) e existência de mais de um executor do serviço / não serem os únicos no mercado, mais uma vez nos reportamos a **Decisão 439/98 - Plenário TCU**. Conclui-se que a realização de certame seria incompatível com o princípio do julgamento objetivo da licitação e desatenderia ao interesse público. Extrai-se neste momento trecho elucidativo a respeito do referido conceito, *ipsis litteris*:

...

30. O conceito de notória especialização, contido no § 1º do art. 25 da Lei 8.666/93, refere-se a requisitos, relacionados com as atividades do profissional, que permitam inferir que o seu trabalho **é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato**. **31. É sensivelmente predominante na doutrina a tese de que o notório especialista não é, necessariamente, o único prestador do serviço pretendido. Precisa ser, no entanto, indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto**. Citamos alguns autores que comungam esse pensamento: "A inviabilidade de competição, nos casos de prestação de serviço, ocorre quando presentes certos elementos característicos. O caso mais evidente ocorre quando uma única pessoa se encontre em condições para executar um serviço. Não haverá competição possível quando inexistir pluralidade de particulares habilitados a satisfazer a Administração Pública. Essa, porém, é uma situação excepcional. Estatisticamente, configura uma hipótese extremamente rara. Há casos mais comuns de aplicação do art. 25, inc. II." (Marçal Justen Filho, 'in' Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 4ª edição, 1995, pág. 170); '...Por certo poderíamos, no plano abstrato, afirmar a possibilidade de se realizarem procedimentos seletivos (não 'licitações', note-se) para as contratações desse tipo de serviços, visto que, **embora tenham natureza singular, não são os únicos (isto é, mais de um profissional e mais de uma empresa podem prestá-los)**. ... **A realização de licitações nesses casos, no entanto - 1º - seria incompatível com o princípio do julgamento objetivo da licitação e - 2º - desatenderia ao interesse público**'. (Eros Roberto Grau, in Licitação e Contrato Administrativo - Estudos sobre a Interpretação da Lei, Malheiros, 1995, pág. 88). **'Destarte, a primeira verificação que fazemos é a de que a notória especialização traz em seu bojo uma singularidade subjetiva, isto é, de seu executor. Note-se que dissemos singularidade e não exclusividade. Evidentemente, se alguém for único na matéria, a licitação tornar-se-ia não mais despicienda, mas impossível. Haveria, desta maneira, impossibilidade fática de licitar!'** (Lúcia Valle Figueiredo, 'in' Direitos dos Licitantes, Malheiros, 3ª ed., 1992, pág. 33). (grifo nosso)

DA ANÁLISE DOS ATRIBUTOS DA PESSOA JURÍDICA A SER CONTRATADA (CONSULTRE - CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA.)

A **CONSULTRE - CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA.**, com experiência de 30 anos no mercado, é especializada em capacitação e desenvolvimento de pessoas, promovendo cursos abertos e *In Company*, palestras e seminários voltados para a Administração Pública em 9 áreas, e mais de 60 temas. A

empresa se destaca pela seriedade, competência e excelência, reconhecida pelos seus mais de 1.200 clientes fidelizados em vários estados do Brasil, em sua maioria órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Desde a sua fundação, já realizou mais de 3.000 eventos, capacitando cerca de 70.000 pessoas. Mais informações poderão ser obtidas no sítio da empresa acessando www.consultre.com.br.

O curso *Gestão da Comunicação Digital e Mídias Sociais na Administração Pública* será realizado na modalidade on-line, ao vivo, nos dias 1º, 03, 05, 08, 10 e 12 de agosto de 2022, e tem como objetivo apresentar os principais conceitos e a mecânica das mídias sociais, bem como o panorama digital com foco nas boas práticas para consolidação de uma comunicação eficaz.

A capacitação terá 24 (vinte e quatro) horas de carga horária. Tem como público-alvo:

- Analistas, assessores e profissionais de comunicação, publicidade, marketing e relações públicas;
- Membros das equipes de comunicação e assessoria de imprensa;
- Agentes técnicos e administrativos que lidam (direta e/ou indiretamente) com a comunicação institucional;
- Profissionais de secretariado e assessoria em geral;
- Servidores do departamento/núcleo de cerimonial, protocolo e organização de eventos;
- Gestores e agentes públicos envolvidos no planejamento, criação e operações da comunicação institucional;
- Demais profissionais interessados em ampliar seus conhecimentos sobre os assuntos relacionados ao tema do curso.

A **CONSULTRE - CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA.** possui grande experiência de mercado. Junta-se ao presente Termo de Referência **12 (DOZE) ATESTADOS TÉCNICOS** em favor da empresa (1868132):

a) O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO** atestou que a **CONSULTRE CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA**, CNPJ 36.003.671/0001-53, prestou serviço à instituição, ministrando o curso *Mapeamento de Competências na Elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento de Pessoas – Decreto 9991/19*, com carga horária de 30 horas, em ambiente virtual na modalidade online, ao vivo, no período de 03 a 07/08/2020. Atestou, ainda, que a empresa atendeu as expectativas com presteza, qualidade, e metodologia de ensino eficaz, ficando assim demonstrada a devida Capacidade Técnica e Notória Especialização na execução do curso. Documento expedido em 31 de Agosto de 2020.

b) O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO** atestou que a **CONSULTRE CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA**, CNPJ 36.003.671/0001-53, prestou serviço de treinamento, ministrando o curso *Estimativa de Preços nas Contratações Públicas*, com carga horária de 20 horas, em ambiente virtual na modalidade online, ao vivo, no período de 24 a 28/08/2020. Atestou, ainda, que a empresa atendeu os objetivos e resultados acordados, não havendo nenhum tipo de conduta passível de desabonar os serviços prestados. Documento expedido em 02 de Setembro de 2020.

c) O **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E**

TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS - IFNMG atestou que a **CONSULTRE CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA.**, CNPJ 36.003.671/0001-53, prestou serviço à instituição, ministrando o curso *Legislação de Pessoal no Serviço Público*, com carga horária de 21 horas, em ambiente virtual na modalidade online, ao vivo, no período de 24 a 28/08/2020. Atestou, ainda, que a empresa atendeu as expectativas com presteza, qualidade, e metodologia de ensino eficaz, ficando assim demonstrada a devida Capacidade Técnica e Notória Especialização na execução do curso. Documento expedido em 02 de Setembro de 2020.

d) A **PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS** atestou que a empresa **CONSULTRE CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA.**, CNPJ 36.003.671/0001-53, prestou serviço à instituição, ministrando o curso *Prático de Pregão Eletrônico (Comprasnet)*, com carga horária de 12 horas, em ambiente virtual na modalidade online, ao vivo, no período de 25 a 27/08/2020. Atestou, ainda, que a empresa atendeu as expectativas com presteza, qualidade, e metodologia de ensino eficaz, ficando assim demonstrada a devida Capacidade Técnica e Notória Especialização na execução do curso. Documento expedido em 03 de Setembro de 2020.

e) O **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE** atestou que a empresa **CONSULTRE CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA.**, CNPJ 36.003.671/0001-53, prestou serviço à instituição, ministrando o curso *Retenções de Tributos na Administração Pública e Novas Declarações Obrigatórias a partir de 2020: SPED; e-Social; EFD-Reinf e DCTFWeb*, com carga horária de 24 horas, em ambiente virtual na modalidade online, ao vivo, no período de 28/09 a 02/10/2020. Documento expedido em 23 de Outubro de 2020.

f) O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ** atestou, para os devidos fins, que a empresa **CONSULTRE CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA.**, inscrita no CNPJ sob n.º CNPJ 36.003.671/0001-53, executou o serviço técnico profissional especializado de capacitação em *Cerimonial, Protocolo e Organização de Eventos Públicos*, na modalidade EAD (On Line), no período de 27 a 30 de abril de 2021, com carga horária de 20 horas/aula. Atestou, ainda, que na execução da capacitação, palestrante e empresa cumpriram com todas as condições estabelecidas para o serviço, atendendo satisfatoriamente e evidenciando sua plena capacidade técnica. Documento expedido em 07 de Maio de 2021.

g) A **PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA - PR** atestou, para os devidos fins, que a **CONSULTRE CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA.**, CNPJ 36.003.671/0001-53, prestou serviço para a instituição, realizando o curso *Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) Aplicação ao Setor Público*, com carga horária de 16 horas, no período de 14/06/2021 a 17/06/2021, em formato online ao vivo. Atestou, ainda, que a Consultre e o instrutor atenderam as expectativas com presteza, qualidade, e metodologia de ensino eficaz, ficando assim demonstrada a devida Capacidade Técnica e Notória Especialização na execução deste curso. Documento expedido em 28 de Junho de 2021.

h) O **INSTITUTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DE MARICÁ - ICTIM** atestou, para os devidos fins, que a **CONSULTRE CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA.**, CNPJ 36.003.671/0001-53, prestou serviço para a instituição, realizando o curso on-line de Gestão Integrada de Almoxarifado e Patrimônio Público, Depreciação e Reavaliação dos Bens, com carga horária de 20 horas, no período de 22/11/2021 a 25/11/2021, no ambiente virtual. Atestou, ainda, que a Consultre e o instrutor atenderam as expectativas com presteza, qualidade, e metodologia de ensino eficaz, ficando assim demonstrada a devida Capacidade Técnica e Notória Especialização na execução deste curso. Documento expedido em 03 de Dezembro de 2021.

i) O **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA - IFPB (CAMPUS JOÃO PESSOA)** atestou que a **CONSULTRE CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 36.003.671/0001-53, prestou serviços especializados de treinamento/capacitação, na modalidade on-line, ao vivo, ministrando o curso “GESTÃO DA COMUNICAÇÃO DIGITAL E MÍDIAS SOCIAIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA”, no período de 17 a 28 de janeiro de 2022, com carga horária total de 24 horas, por intermédio do professor MAX MILLER CANDIDO ALVES PEREIRA. Atestou, ainda, que a CONSULTRE e o PROFESSOR atenderam as expectativas com presteza, qualidade e metodologia de ensino eficaz, nos termos do resultado da avaliação de desempenho, ficando demonstrada a devida CAPACIDADE TÉCNICA, GERENCIAL e OPERACIONAL na concepção, organização e execução do curso, inclusive corroborada ao PROFESSOR a sua notoriedade em matéria de comunicação e marketing no setor público. Documento expedido em 07 de Fevereiro de 2022.

j) O **INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - IBRAM (MUSEU VILLA-LOBOS)** atestou que a **CONSULTRE CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 36.003.671/0001-53, prestou serviços especializados de treinamento/capacitação, na modalidade on-line, ao vivo, ministrando o curso “GESTÃO DA COMUNICAÇÃO DIGITAL E MÍDIAS SOCIAIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA”, no período de 17 a 28 de janeiro de 2022, com carga horária total de 24 horas, por intermédio do professor MAX MILLER CANDIDO ALVES PEREIRA. Atestou, ainda, que a CONSULTRE e o PROFESSOR atenderam as expectativas com presteza, qualidade e metodologia de ensino eficaz, nos termos do resultado da avaliação de desempenho, ficando demonstrada a devida CAPACIDADE TÉCNICA, GERENCIAL e OPERACIONAL na concepção, organização e execução do curso, inclusive corroborada ao PROFESSOR a sua notoriedade em matéria de comunicação e marketing no setor público. Documento expedido em 17 de Fevereiro de 2022.

k) A **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SAO FRANCISCO (UNIVASF)** atestou que a **CONSULTRE CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 36.003.671/0001-53, prestou serviços especializados de treinamento/capacitação, na modalidade on-line, ao vivo, ministrando o curso in company “GESTÃO DA COMUNICAÇÃO DIGITAL E MÍDIAS SOCIAIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA”, no período de 28 de dezembro de 2021 a 11 de fevereiro de 2022, com carga horária total de 24

horas, por intermédio do professor MAX MILLER CANDIDO ALVES PEREIRA. Atestou, ainda, que a CONSULTRE e o PROFESSOR atenderam as expectativas com presteza, qualidade e metodologia de ensino eficaz, nos termos do resultado da avaliação de desempenho, ficando demonstrada a devida CAPACIDADE TÉCNICA, GERENCIAL e OPERACIONAL na concepção, organização e execução do curso, inclusive corroborada ao PROFESSOR a sua notoriedade em matéria de comunicação e marketing no setor público. Documento expedido em 22 de Fevereiro de 2022.

1) O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO (CAMPUS RIO VERDE) atestou que a **CONSULTRE CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 36.003.671/0001-53, prestou serviços especializados de treinamento/capacitação, na modalidade on-line, ao vivo, ministrando o curso “GESTÃO DA COMUNICAÇÃO DIGITAL E MÍDIAS SOCIAIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA”, no período de 17 a 28 de janeiro de 2022, com carga horária total de 24 horas, por intermédio do professor MAX MILLER CANDIDO ALVES PEREIRA. Atestou, ainda, que a CONSULTRE e o PROFESSOR atenderam as expectativas com presteza, qualidade e metodologia de ensino eficaz, nos termos do resultado da avaliação de desempenho, ficando demonstrada a devida CAPACIDADE TÉCNICA, GERENCIAL e OPERACIONAL na concepção, organização e execução do curso, inclusive corroborada ao PROFESSOR a sua notoriedade em matéria de comunicação e marketing no setor público. Documento expedido em 24 de Fevereiro de 2022.

O curso em voga terá como instrutor **MAX MÜLLER CÂNDIDO**. Segue abaixo uma breve discriminação de seu currículo, que faz parte do anexo integrante desse processo (1867428).

→ **MAX MÜLLER CÂNDIDO**

Comunicador, redator e assessor de comunicação e marketing. É assessor de comunicação, apresentador e curador de conteúdos e eventos na área de licitações e contratos da CONSULTRE – sendo um dos idealizadores da “Maratona das Contratações Públicas”, o maior encontro online na área de Licitações e Contratos Administrativos, que capacitou, na última edição do evento, mais de 9,5 mil agentes públicos. Foi nota mil na redação do ENEM 2015. Graduando em Marketing – ênfase Digital & Data Science – pela FIAP. Certificação em Personal Branding pela ESPM. Especializado em planejamento e criação de conteúdos em mídias sociais, já gerenciou, simultaneamente, 27 contas digitais nos nichos de educação, associativismo, varejo, e-commerce, advocacia, desenvolvimento humano e construção civil. De 2015 e 2017, atuou como redator e produtor de conteúdo nas plataformas Rock Content e Workana, e, ainda, como assessor na redação dos jornais impressos, TV e rádio da IMPD. Coordenador de projeto e organizador da obra "A Nova Lei de Licitações e Contratos: Onde estamos? E para onde vamos?" (CONSULTRE, 2021).

O curso disponibilizado pela empresa **CONSULTRE - CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA.** foi validado pelas unidades a serem capacitadas, conforme mensagens eletrônicas anexas (1871715) (1871718) .

Diante de tudo o que foi exposto, a contratação da **CONSULTRE - CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA.** é a mais indicada para a capacitação de 05 (cinco) servidores do TRE/PE que atuam na Assessoria de Comunicação Social (ASCOM) e Escola Judiciária Eleitoral (EJE)

5. Tratamento Diferenciado - Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

Não se aplica.

6. Vigência do Contrato

Sugere-se a substituição do instrumento contratual por nota de empenho. Após a realização da capacitação, esgota-se a vigência da contratação.

7. Descrição dos serviços

Capacitação de 05 (cinco) servidores do TRE-PE no curso *Gestão da Comunicação Digital e Mídias Sociais na Administração Pública*, com o objetivo de apresentar os principais conceitos e a mecânica das mídias sociais, bem como o panorama digital com foco nas boas práticas para consolidação de uma comunicação eficaz.

7.1. Local e Horário da Prestação dos Serviços

O curso será ministrado em 24 horas/aula, na modalidade on-line, ao vivo.

7.2. Prazo da Prestação dos Serviços

O prazo da execução dos serviços é de 24 horas/aula, nos dias 1º, 03, 05, 08, 10 e 12 de agosto de 2022.

7.3. Materiais e Equipamentos

A contratada será responsável pela acessibilidade do curso on-line.

8. Condições de Habilitação (Qualificação Técnica)

Não se aplica.

9. Visita Técnica/Vistoria

Não se aplica.

10. Obrigações do Contratante

Efetuar, nos termos do tópico 12, o pagamento pelos serviços prestados.

11. Obrigações da Contratada

Prestação do serviço discriminado nos termos do tópico 7 e dos subtópicos 7.1, 7.2 e 7.3.

12. Pagamento

R\$ 6.250,00 (seis mil e duzentos e cinquenta reais), referente à participação de 05 (cinco) servidores do TRE-PE. Custo de R\$ 1.250,00 (um mil e duzentos e cinquenta reais) por servidor. Valor da hora-aula: R\$ 52,08.

13. Do Acordo de Nível de Serviços (ANS)

Não se aplica.

14. Penalidades

Caso não haja o cumprimento das obrigações descritas no tópico 7, supramencionado, não será realizado o pagamento discriminado no tópico 12.

15. Garantia dos Serviços/Materiais

Não se aplica.

16. Custo médio estimado da Licitação ou Custo da contratação direta/Adesão a ARP

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 6.250,00 (seis mil e duzentos e cinquenta reais), referente à participação de 05 (cinco) servidores do TRE-PE. Não haverá custos de passagens aéreas e diárias.

17. Modalidade de Empenho

X	ORDINÁRIO		ESTIMATIVO		GLOBAL
---	------------------	--	-------------------	--	---------------

Para o caso de despesas que envolvam mais de uma modalidade de empenho, detalhar os valores. Exemplos: Contratos que abrangem vários tipos de despesas; contrato de locação de mão-de-obra, que abrange serviços ordinários (empenho global), diárias e serviços extraordinários (empenho estimativo).

Definições:

- **Empenho Ordinário: empenho de valor fixo, cujo pagamento ocorra de uma só vez, ex: pagamento de curso, pedido de ata;**
- **Empenho Estimativo: empenho cujo montante não se possa determinar previamente, ex: diárias, passagens, energia, água;**
- **Empenho Global: empenho utilizado para despesa de valor determinado, sujeito a parcelamento, ex: contratos de locação de imóvel.**

18. Código SIASG/CATSER – Descrição do Item

Não se aplica.

19. Critérios de Sustentabilidade

Seguem abaixo os Critérios de Sustentabilidade que subsidiarão as contratações do Plano Anual de Capacitação 2022 do TRE/PE, conforme Informação 2925 (1741763) e Termo de Retificação (1745121), da Assistência de Gestão Socioambiental.

- Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016.
- Não ter sido condenada, a licitante vencedora ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nºs 29 e 105.

- Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego e normas ambientais vigentes.
- Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários à execução de serviços e fiscalizar seu uso em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora n.º 6 do MTE.
- No que concerne aos direitos da pessoa com deficiência, a licitante vencedora deverá atender ao que estabelece as Leis n.º 8.213/1991 e n.º 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão), devendo apresentar documentos comprobatórios do atendimento ao requisito de cumprimento da reserva de cota destinada a pessoas com deficiência.
- Em caso de Pessoa Jurídica com funcionários, declarar que realiza e mantém o quadro funcional devidamente orientados quanto às práticas de prevenção ao contágio da COVID-19, aplicáveis à rotina desse serviço.
- Em caso de capacitação presencial, o(a) contratado(a) deverá incluir na Declaração Sustentabilidade que atende às práticas de segurança sanitária vigentes com vistas à prevenção do contágio pelo novo Coronavírus e que se compromete a adotar todas as cautelas necessárias a evitar essa disseminação.
- É obrigação da contratada a manutenção dessas condições, o que poderá ser verificado constantemente durante toda a vigência do contrato, sob pena de rescisão contratual.
- Apresentar declaração afirmando que atende aos Critérios de Sustentabilidade previstos no presente capítulo.

20. Gestão e Fiscalização Contratual

Gestor Titular: Fernanda de Azevedo Batista

CPF: 036.057.724-55

Gestor Substituto: João Paulo Nepomuceno Negromonte

CPF: 666.376.864-68

21. ANEXOS

ANEXO I – PESQUISA DE MERCADO

Notas Similares (1871122)

1) INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO - CAMPUS RIO VERDE

Curso: Gestão da Comunicação Digital e Mídias Sociais na Administração Pública

Nota Fiscal: 16206, emitida em 04/02/2022

Valor: 1.597,00 (um mil e quinhentos e noventa e sete), referente à participação de 01 (um) servidor.

Carga Horária: 24 horas

Valor da hora-aula: R\$ 66,54

2) INSTITUTO FEDERAL DA PARAIBA - IFPB

Curso: Gestão da Comunicação Digital e Mídias Sociais na Administração Pública

Nota Fiscal: 16207, emitida em 04/02/2022

Valor: 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), referente à participação de 02 (dois) servidores. Custo de R\$ 1.250,00 (um mil e duzentos e cinquenta reais)

Carga Horária: 24 horas

Valor da hora-aula: R\$ 52,08

3) FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC

Curso: Completo de Contratação Direta

Nota Fiscal: 15951, emitida em 01/11/2021

Valor: 1.897,00 (um mil e oitocentos e noventa e sete), referente à participação de 01 (um) servidor.

Carga Horária: 25 horas

Valor da hora-aula: R\$ 75,88

4) TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ

Curso: Completo da Planilha de Custos e Formação de Preços

Nota Fiscal: 16118, emitida em 14/12/2021

Valor: R\$ 1.897,00 (um mil e oitocentos e noventa e sete), referente à participação de 01 (um) servidor.

Carga Horária: 25 horas

Valor da hora-aula: R\$ 75,88

OUTROS ANEXOS

- a) Proposta Oficial CONSULTRE - CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA. (1867428);
- b) Currículo do Instrutor (1867428);
- c) Consulta ao SICAF (1867798);
- d) Consulta ao CADIN (1867798);
- e) Declaração conforme disposto na Resolução CNJ n.º 007/2005 (1867798);
- f) Declaração que não emprega menor (1867798);
- g) Declaração de Atendimento aos Critérios de Sustentabilidade (1867798);
- h) Atestados de Capacidade Técnica em favor da CONSULTRE (1868132);
- i) Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo (1868170);
- j) Notas Similares (1871122);
- k) E-mails (1871715) (1871718);
- l) Contrato Social (1871726).

Recife, 30 de maio de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA DE AZEVEDO BATISTA, Técnico(a) Judiciário(a)**,



em 02/06/2022, às 12:40, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOÃO PAULO NEPOMUCENO NEGROMONTE, Chefe de Seção**, em 02/06/2022, às 12:43, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-pe.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1865682** e o código CRC **94597E18**.

0013666-78.2022.6.17.8000

1865682v12